**Segundo Reinado**

O **Segundo Reinado** corresponde ao período de 23 de julho de 1840 a 15 de novembro de 1889, quando o Brasil esteve sob reinado de D. Pedro II (1825-1891). Foi caracterizado como uma época de relativa paz entre as províncias brasileiras, a abolição gradual da escravidão e a Guerra do Paraguai (1864-1870). Encerra-se com o golpe republicano em 15 de novembro de 1889.

O regime político do país era a monarquia parlamentarista, onde o Imperador escolhia o Presidente do Conselho (equivalente ao cargo de primeiro-ministro) através de uma lista com três nomes. No plano econômico, o café adquire importância fundamental, sendo o produto mais exportado pelo Brasil. Chegam as primeiras ferrovias e barcos a vapor com o objetivo de melhorar a circulação do chamado "ouro negro". Em meio à prosperidade cafeeira, o Brasil se encontra num dilema, pois quem trabalhava nas plantações de café eram pessoas escravizadas. Desde o governo de Dom João VI, o país havia se comprometido a abolir a escravidão. No entanto, a elite cafeeira se opunha, pois isso acarretaria perdas econômicas. A solução é terminar com o trabalho servil de forma gradual. Será no Segundo Reinado que o Brasil se vê às voltas com o maior conflito armado da América do Sul: a Guerra do Paraguai. Por fim, sem apoio das elites rurais e do exército, a monarquia é derrubada através de um golpe militar. A Família Imperial é obrigada a deixar o país e se instala a república.

**Guerra do Paraguai (1864-1870)**

No plano internacional, o Brasil se envolveu em atritos com os seus vizinhos, especialmente na região do Prata. Em resposta à invasão do Rio Grande do Sul, o governo imperial declara guerra ao ditador paraguaio Solano López (1827-1870), no episódio conhecido como [Guerra do Paraguai](https://www.todamateria.com.br/guerra-do-paraguai/). O conflito ainda contaria com a participação da Argentina e do Uruguai, e duraria cerca de cinco anos. O Paraguai foi derrotado e Solano López morto por soldados brasileiros. O Exército se viu fortalecido após o conflito e passou a reivindicar mais espaço na política nacional.

### Abolicionismo no Segundo Reinado

Essa época é crucial para o processo de abolição das pessoas escravizadas, pois surgem diversas sociedades e jornais contra esta prática. A abolição da escravidão não era desejada pelos fazendeiros. Estes perderiam o investimento da compra das pessoas escravizadas e teriam que começar a pagar salário, diminuindo assim sua margem de lucro. Desta maneira, lutam para que o governo pague indenização por cada escravo liberto. O governo promulga leis que visam abolir o trabalho servil de forma gradual. São elas:

- [Lei Eusébio de Queirós](https://www.todamateria.com.br/lei-eusebio-de-queiros/) (1850).

- [Lei do Ventre Livre](https://www.todamateria.com.br/lei-do-ventre-livre-1871/) (1871).

- [Lei dos Sexagenários](https://www.todamateria.com.br/lei-dos-sexagenarios/) (1887).

- [Lei Áurea](https://www.todamateria.com.br/lei-aurea/) (1888).

### Proclamação da República

Ao longo do seu governo, D. Pedro II se contrapôs com a igreja, com os militares e com a elite rural. Tudo isso foi retirando o apoio das figuras importantes do país ao trono. Alguns episódios direcionaram os acontecimentos para um golpe militar. São exemplos a exigência de que a igreja não acatasse as ordens papais, sem as mesmas terem ter sido aprovadas pelo imperador, no que passou à História como a Questão Religiosa. No entanto, foi a desvalorização dos militares e o fim da escravatura que mais incomodaram as elites e forçaram sua deposição. Os militares reclamavam mais reconhecimento, aumento de salário e promoções que não eram realizadas. Tudo isso fez com que alguns oficiais aderissem aos ideais republicanos. Igualmente, a elite latifundiária não pôde suportar a ideia da abolição da escravidão. Assim República é instituída, sem participação popular, no dia 15 de novembro de 1889 pelo [Marechal Deodoro da Fonseca](https://www.todamateria.com.br/deodoro-da-fonseca/), o qual foi o primeiro presidente do Brasil.